

Um experimento etnográfico num grupo de Mulheres em Sofrimento Mental: Pensando a Agência¹

Autora: Cristiane Otoni Gomes

Membra da Executiva da CONAMAN²/ Brasil

Palavras-chave: Gênero, Agência e Saúde Mental.

1. Introdução

A intenção deste trabalho é a partir de um experimento etnográfico apresentar uma reflexão antropológica sobre a possibilidade da agência de mulheres (cis, trans, travestis e pessoas não binárias) em sofrimento psíquico, participantes de um grupo de saúde mental, onde compartilharam vivências relacionadas ao gênero. A busca para compreender este processo segue as seguintes questões: Como estas mulheres se agenciam para conseguir cuidados? Quais são as interseccionalidades para o adoecimento psíquico destas mulheres?

A discussão da sexualidade pela Antropologia realizada por Vance (1995), se inicia em meados da década de 70 a partir das abordagens construtivistas e da interferência cultural. Influenciada pela teoria da construção social que se baseia em diversas correntes da sociologia, dentre elas, o interacionismo social, história social, história das mulheres e história marxista, a autora propõe a partir de estudos da antropologia simbólica, as análises transculturais de gênero e estudos de gênero. A partir da década de 1980, no contexto HIV/AIDS, as pesquisas sobre sexualidade foram, novamente, influenciadas pelo perigo da abordagem biomédica e patologizante e da influência cultural das questões sexuais. Com isso, ficou explícito como a sexualidade é uma área de disputa no campo teórico e no campo político, uma vez que o Estado, religião e certos tipos de profissões tentam dominar o discurso sexual. Entretanto, grupos ditos marginais também criam suas formas de construção sobre a sexualidade. Neste sentido, a Antropologia contribuiu com a teoria da construção social e sua proposta de compreender e aprofundar estes processos.

Aliado aos estudos de feministas acadêmicas e ativistas que produziram um questionamento do determinismo biológico sobre as diferenças sexuais, com o conhecimento da variação do papel das mulheres em várias culturas constatou-se que estes papéis não podiam ser determinados pela sexualidade e reprodução humana. Sendo assim, percebeu-se que a ciência legitimava

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024)

² Coletiva Nacional de Mulheres Antimanicomiais.

ideologicamente relações sociais por crenças de gênero e gerou a busca por uma investigação que conectou historicamente a dominação masculina e o desenvolvimento da ciência e biomedicina ocidentais.

Com base nessas perspectivas, discorro sobre a ideia de agência na antropologia e a relação com a saúde mental e direitos humanos numa perspectiva de gênero, raça e classe. E, por fim, faço as considerações finais a partir deste exercício de observar e refletir a realidade com as lentes da antropologia.

2. Gênero e Feminismos

O estudo inédito de McIntosh (1968), na Inglaterra, discutiu sobre o papel homossexual a partir da teoria da construção social, contribuindo para pensar as questões de identidade sexual. Defendia que os sociólogos deveriam compreender os homossexuais como uma categoria social e não como uma categoria médica ou psiquiátrica. A autora propôs que o homossexual deveria ser visto como alguém que desempenha um papel social, ao invés de alguém que tem uma condição (médica ou psicológica). Desta forma este papel se daria pelas expectativas que poderiam ou não ser realizadas e não por um conjunto de comportamentos sexuais padrão esperados pelas crenças populares. A autora elucida que este papel homossexual distinto e especializado ou sua natureza não existe em todas as sociedades da maneira como ele se construiu na sociedade ocidental moderna, particularmente, na Inglaterra no final do século XVII. E, por este entendimento, McIntosh (1968) demonstrava que em algumas culturas (orientais, africanas, na América do Sul) existiam comportamentos homossexuais, mas não existiam homossexuais. Sugeriu, assim, que eram necessários estudos para se compreender o comportamento homossexual independente dos papéis sociais para melhor compreender suas relações.

Na década de 1970, Oakley (1972), pensando na construção dos conceitos de sexo e gênero nas ciências sociais, numa perspectiva antropológica, afirma que estudos de antropólogos têm mostrado variações em como culturas distintas definem gênero e que este é um campo em disputa nas ciências biológicas e humanas. Esta autora segue apontando que há enormes variações de papéis de gênero nas diversas culturas para além da definição biológica de homem e mulher. Assim, vai debater os conceitos, sexo e gênero, afirmando que sexo é um termo biológico e gênero é um termo psicológico e cultural. Dessa forma, explicita que há uma grande tendência em associar as características biológicas das genitálias a um gênero. Porém, a realidade nos mostra que ser homem ou mulher está, também, relacionado a forma de se vestir,

de fazer gestos, dos modos de se relacionar socialmente, de trabalhar e não só da forma da genitália. A autora refletiu também sobre a questão das pessoas categorizadas como de sexo indeterminado ou de intersexuadas, ou seja, aquelas que não se identificam nem como homem e nem como mulher, mas podem ser tão masculinos ou tão femininos quanto aqueles que são biologicamente normais. Stoller apud Oakley (1972) define que sexo se relaciona a condições físicas como cromossomos, genitália, e outras características secundárias do sexo, portanto, se definiriam como macho ou fêmea.

Já o gênero tem significações mais psicológicas e culturais do que biológicas e os termos a serem usados para definição são masculino e feminino. Já para Money e Hampsons, a percepção de ser homem (macho) ou mulher (fêmea) para indivíduos normais ou anormais se dá da mesma maneira. Constataram várias possibilidades neste campo de diferenciação entre os sexos. Logo, a percepção de gênero é socialmente e, não, biologicamente definida e é visível por um conjunto de qualidades e maneirismos enquanto o sexo, não é visível. Além disso, perceberam que o sentimento de si sobre ser homem ou mulher (identidade de gênero) é decisório sobre o papel de gênero.

Em meados dos anos 70, a militância feminista promoveu o surgimento de estudos sobre a separação de sexualidade e gênero, como por exemplo, a luta pelo acesso ao aborto e ao controle de natalidade. Logo se compreendeu que havia uma disputa pela socialização das mulheres a partir do gênero para controle desses corpos e de sua função social como esposas e mães. E foi, a partir dessa perspectiva que Rubin (1975), em seu trabalho intitulado “O tráfico de mulheres”, propõe o termo sistema sexo/gênero que colocava as mulheres como matérias-primas a serem domesticadas, transformando-as em produtos da atividade humana para a manutenção da satisfação de necessidades sexuais.

Em 1984, em outro ensaio chamado “Pensando o Sexo”, essa autora faz uma autocrítica deste sistema e reconhece a sexualidade e o gênero como sistemas distintos que se emaranhavam em muitos pontos que variavam historicamente e culturalmente. Assim, argumentava que sexualidade e gênero precisavam de análises próprias e separadas de forma que as teorias da sexualidade não podiam explicar o gênero e as teorias de gênero não podiam explicar a sexualidade, mesmo que elas fossem inter-relacionadas em dados momentos históricos. Aos estudiosos da sexualidade interessa compreender como gênero e sexualidade, enquanto novas estruturas distintas, se constroem e se conectam nas relações sociais ampliadas. Rubin (1984, p.125).

Ainda na década de 80, com a atuação de movimentos sociais de mulheres e com o feminismo entendido como fenômeno social, Francheto *et al.* (1991), elucidam que as pesquisadoras

feministas produziram reflexões políticas e epistemológicas que se somariam para uma construção sobre uma antropologia da mulher. Rubin segundo essas autoras, compreendia a opressão feminina pelo sistema social. No entanto, todas as vertentes acreditavam na origem sociológica, possivelmente universal dessa assimetria/opressão. E, isso, conduz a duas consequências em que a primeira delas reforça o mito do feminismo e a segunda leva à força política desse discurso de que a mulher é uma categoria socialmente construída. Além disso, a construção de que não existe igualmente uma Mulher, enquanto gênero universal, mas uma pluralidade de mulheres.

Beauvoir, Firestone e Reed, Francheto *et al.* (1991) partilhavam de uma visão histórica universalista e linear das relações entre os sexos. Para Beauvoir [...] *não se nasce mulher, torna-se*, assim, a opressão da mulher é arbitrária e pode ser transformada já que se originava, essencialmente, em sua função reprodutiva; já para Firestone, essa condição opressora provém da fisiologia do corpo feminino e da maternidade que gera a família biológica como espaço de condenação do gênero feminino; para Reed a raiz está na história, com a criação da propriedade privada, das classes sociais e do Estado (reproduzindo as ideias de Engels). Assim, para estas feministas a libertação das mulheres prevê uma revolução feminista com o fim de todas as formas de classificação social, incluindo o gênero, a clausura familiar e doméstica da burguesia, ou seja, defendiam a igualdade absoluta dos indivíduos e a participação no mundo do trabalho.

Ao final da década de 90, Collins (2019), uma importante socióloga e pesquisadora do pensamento feminista negro estadunidense, demonstrou como um recorte interseccional e de matriz de dominação em que raça, classe, gênero e sexualidade constituem sistemas de opressão que se retroalimentam. A autora trata do desafio de discutir os temas centrais do pensamento feminista negro, isto é, o trabalho, a família, a política sexual, a maternidade e o ativismo político frente à hegemonia de homens brancos no controle de espaços institucionais. Dessa forma, enfatizou a importância de opressões interseccionais na modelagem da matriz de dominação estadunidense. Para a autora, as mulheres afro-americanas acessaram outra epistemologia a partir das experiências coletivas, de suas visões e de suas histórias particulares, por meio da música, da literatura e do comportamento cotidiano como dimensões importantes para a construção de uma consciência feminista negra. Daí a importância do conhecimento conectado à sabedoria, ou seja, os indivíduos, estudiosos que viveram experiências das quais produzem seus estudos são mais confiáveis do que os que apenas leram a respeito.

Em vista disso, o propósito de uma antropologia da mulher seria aprofundar em estudos que busquem relativizar a formulação da condição da mulher em outras sociedades como de opressão ou que coloquem em suspensão o debate sobre sua universalidade e origens. É

necessário a compreensão desse processo histórico do desenvolvimento da concepção de gênero e sua influência nos estudos dos feminismos para avançarmos nas contribuições da antropologia em saúde, especialmente na saúde mental e pensar o conceito de agência nesta área do conhecimento.

3. Agência e Saúde Mental

As reflexões de Maluf (2020) contribuem para pensar a saúde mental e a possibilidade de agência das pessoas em sofrimento psíquico, especialmente, as mulheres cis, trans, travestis e pessoas não binárias afirma ser essencial a discussão de políticas públicas sobre este tema e suas interseccionalidades com as questões de gênero, raça e classe. A autora aborda a perspectiva de uma antropologia política da saúde em três eixos de análise: o primeiro sendo a produção de objetos de saúde, tais como, doença, diagnóstico, medicamentos, técnicas, tecnologias, agentes humanos e não humanos, entre outros; o segundo seriam as condições socioeconômicas de produção de saúde e questiona como as desigualdades e violências se revela nos corpos e nos indivíduos; já o terceiro eixo trata das práticas e políticas em saúde a partir de sujeitos, coletivos que se constituem em políticas de gestão e modos de subjetivação de pessoas e corporalidades. Maluf (2020, p.184).

De acordo com Ortner (2007), para melhor compreensão da noção de agência é preciso considerar as complexas relações de poder no mundo contemporâneo. A partir dos estudos de gênero propostos pelas teorias feministas contemporâneas, a autora entende que,

Em termos gerais, pode-se dizer que a noção de agência tem dois campos de significado (...) Em um campo de significado, “agência” tem a ver com intencionalidade e com o fato de perseguir projetos (culturalmente definidos). No outro campo de significado, a agência tem a ver com poder, com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais. Na realidade, “agência” nunca é meramente um ou outro. Suas duas “faces” – como (perseguir) “projetos” ou como (o fato de exercer ou de ser contra) o “poder” – ou se misturam/transfundem um no outro, ou mantêm sua distinção, mas se entrelaçam (...). Além disso, o poder, em si, é uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação, e de baixo para cima como resistência. Ortner (2007, p.59)

A ideia de Ortner (2007) é um bom parâmetro para entender a posição de Marina³ e de outras mulheres que participaram do grupo de mulheres, pois apesar da dor e do sofrimento psiquiátrico, elas demonstraram ter agência. Os registros demonstraram que a partir da possibilidade de estarem juntas para conversar sobre questões de gênero que as afetaram,

³ Os nomes das participantes do grupo de mulheres utilizados no texto são fictícios, exceto o nome da trabalhadora e autora deste trabalho.

também puderam refletir sobre a posição de dominadas pelas estruturas sociais. Enquanto tomavam consciência, num processo inicial de perceber as diversas camadas que produziram o sofrimento psíquico, poderiam se fortalecer e tentar construir outras estratégias de cuidado como forma de resistência.

O ponto de vista da pesquisadora e antropóloga, Mahmood (2019), a agência pode ser melhor compreendida por um processo que não só assegura a subordinação do sujeito às relações de poder, mas também produz os meios através dos quais ele se transforma numa entidade autoconsciente e num agente, o que chamou de paradoxo da subjetivação. A autora questiona a ideia de agência humana, na teoria feminista, ou seja, o entendimento que procura situar a autonomia moral e política do sujeito em relação ao “poder”. Mahmood (2019), pensa que a agência supera o significado de resistência daquele que é dominado e tem um vetor de ação concedido por relações de subordinação específicas.

Neste sentido, esta autora corrobora com as reflexões de Judith Butler (*apud* Mahmood, 2019), sobre o paradoxo da subjetivação e compreende a agência como uma prática constante, intrínseca ao poder e não numa relação descolada do poder. Butler defende a agência como uma práxis política que objetiva inibir discursos dominantes de gênero e sexualidade, em relação à violência que o discurso da normatividade heterossexual se coloca.

Portanto, uma reflexão antropológica no campo da saúde mental e direitos humanos, possibilita compreender que o sujeito universal de direitos não é tão universal assim. É necessário considerar que há especificidades étnicas, culturais, de gênero, de raça e outras que dizem respeito aos direitos individuais e coletivos, quase sempre negados a algumas pessoas que compõem grupos diferentes daqueles considerados dentro da normatividade.

A perspectiva antropológica ao aliar a análise de diferentes culturas e sistemas ideológicos com a pesquisa etnográfica criteriosa sobre comportamentos, instituições e discursos que os atores sociais produzem sobre si mesmos e sobre seu mundo, pode gerar o distanciamento do senso comum e, melhor compreensão de visões mais particulares. Por este lado, propiciou uma leitura mais crítica e uma observação política das mudanças atuais na vida de mulheres e homens. Com base nessas reflexões, a proposta metodológica deste estudo pretende analisar os registros feitos uma trabalhadora e por uma usuária⁴ que coordenaram as reuniões do Grupo de Mulheres num

⁴ Usuária/o/e do SUS - é o termo mais amplo para nomear a pessoa que utiliza os serviços de saúde do SUS, capaz de ultrapassar o ideário passivo ou liberal, que percebe a saúde como um bem de consumo regulado pelas leis de mercado, no sentido de avançar para uma concepção de saúde enquanto direito humano e social, regulado pelas relações de cidadania. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000100021>. Acesso em 10 de março de 2024.

Centro de Atenção Psicossocial do tipo CAPS III⁵ que é um serviço público de saúde mental brasileiro.

4. Proposta metodológica

Este estudo analisou os registros das reuniões do Grupo de Mulheres no CAPS III, serviço de substitutivo ao hospital psiquiátrico, onde correram cinco encontros, cujas participantes eram mulheres, em maior número de negras e pardas, com baixa ou nenhuma renda, a maioria tinha uma escolaridade de nível fundamental, com frágil suporte familiar e social. O objetivo do grupo foi possibilitar um espaço protegido para que estas mulheres falassem sobre suas vivências de gênero e como as percebiam.

São apresentados parte dos registros realizados nos cinco encontros no período de junho a julho de 2021, com frequência semanal e duração de até uma hora. As mulheres que frequentavam o serviço eram sempre convidadas para participar de cada encontro, de forma facultativa e não havia limite de participantes. O tempo de permanência na sala era livre porque algumas das mulheres estavam em momentos mais agudos do quadro psiquiátrico ou tinham dificuldade para fixar a atenção por um tempo mais prolongado, gerando uma variação de presença do início ao fim de cada encontro.

A ideia para realização do Grupo de Mulheres foi sugestão de uma usuária (Marina) que é atuante numa associação de usuárias/os/es da saúde mental que solicitou o meu apoio enquanto uma trabalhadora (Cristiane) deste serviço, atuando como terapeuta ocupacional para auxiliar na condução do grupo. Para Emerson *et al.* (2013), o engajamento do pesquisador em um papel participativo na realização de atividades centrais na vida das pessoas estudadas oferece oportunidades de adquirir empatia e de perceber a fluidez dos processos que estão em curso. Os autores explicam que é através da participação que o pesquisador de campo vê de perto como os significados surgem através da fala e da ação coletiva, como compreensões e interpretações, mudam com o tempo, além de aumentar a sensibilidade à vida social como processo.

Marina percebeu que boa parte das mulheres (cis, travestis, trans ou não binárias) com sofrimento mental e que faziam o tratamento nos CAPS eram atravessadas por questões de gênero e passavam por conflitos, agressões físicas e verbais, além de preconceitos por terem algum sofrimento mental. Dessa maneira, Marina acreditava que ter um espaço protegido,

⁵ Centro de Atenção Psicossocial (CAPS): trata-se de um serviço territorial, aberto e substitutivo aos hospitais psiquiátricos que atende pessoas maiores de 18 anos que apresentam sofrimento mental grave e persistente e compõem a Rede de Atenção Psicossocial. O CAPS do tipo III proporciona serviços de atenção contínua, com funcionamento vinte e quatro horas, incluindo feriados e finais de semana, e acolhimento noturno.

apenas entre as mulheres, durante o tempo em que frequentavam o CAPS, seria importante para que pudessem se sentir menos sozinhas e para se acolherem mutuamente.

A experiência realizada se assemelha à das pesquisadoras Costa *et al.* (2017), em outro CAPS, onde concluíram que o grupo de mulheres proporcionou um espaço confortável de trocas e debates e que, para algumas das participantes foi a primeira oportunidade de conversar sobre temas como, violências sofridas, estupro, aborto e políticas públicas para as mulheres. Estas autoras propõem problematizar a generificação das relações sociais no campo da saúde mental, compreendendo o gênero como uma construção social e das relações de poder envolvidas neste processo e de como isso causa impactos na saúde mental de mulheres usuárias dos CAPS.

A dinâmica inicial escolhida pelo grupo foi que cada participante se apresentasse um pouco de sua história de vida e o que a levou ao seu adoecimento psíquico. Em seguida, foi proposto para cada participante que escolhesse uma palavra que a representasse naquele momento. Também foram utilizados recursos como músicas que eram escolhidas ora pelas coordenadoras do grupo, ora pelas participantes, atividades expressivas e de escrita. O objetivo era que as atividades propostas se alinhassem à temática e estimulassem as trocas de ideias e gerando leveza e mais interação. Em um dos encontros as mulheres produziram cartazes que expressavam as reflexões realizadas com o objetivo de serem colados nas paredes do serviço para sensibilizar os demais frequentadores e usuárias/os/es do serviço.

4.1 Não estamos sós!

*Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma mas não sou só*

(Sued Nunes, 2021)⁶

Seguem abaixo os registros dos encontros:

i. Primeiro encontro (15/06/2021): Cada participante se apresentou, dizendo ao final, uma palavra que a definisse ou que se identificava. Marina – Silvestre, Luara – Gratidão, Luiza – Amor, Conceição – Saudade, Luíza – Curiosidade, Marta – Companheirismo, Julia – Sabedoria, Rute – Mãe, Mara – Liberdade, Cristiane – Feminismo, Mirna – Forte, Ceci, Vera – Gratidão. A palavra escolhida para iniciar a conversa foi feminismo. Luara se apresentou como uma rainha africana e disse - “precisamos retomar nossa ancestralidade”. Já Marta falou que, como mãe, entendia o feminismo como o apoio que tem dado à sua filha que está sofrendo por gostar de

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dIFzUVxAb8c> Acesso em 10 de março de 2024.

um rapaz que não a quer. Ceci entrou no grupo e contou que chegou ao CAPS sangrando, ao ter levado um soco de seu pai, e que gostaria de voltar para casa para cuidar do cabelo. Marina falou da expectativa de sua família e do CAPS que ela continue em tratamento e que se ela sair, seria uma decisão “um tanto solitária”.

ii. Segundo encontro (24/06/2021): Retomou-se o encontro anterior com a leitura de algumas palavras que foram escolhidas. Luiza falou que a palavra com a qual se identificava era “amor”, mas que sente um “fardo muito pesado” e, agora, faz só a sua parte e “o resto Deus faz”. A reflexão do encontro foi sobre não naturalizar a violência sofrida no cotidiano, seja na família, no trabalho, na escola, no relacionamento ou no CAPS.

iii. Terceiro encontro (29/06/21): Este encontro começou com a apresentação das participantes e com a apresentação da proposta do grupo, pois havia novas integrantes e fez-se a leitura da discussão anterior. Estiveram presentes: Gleice, Iris, Lúcia, Mara, Cristiane, Marina, Paula, Marta, Conceição, Vera e Luiza, Gleice não está entendendo o porquê está no CAPS. Iris gosta muito do CAPS e do tratamento. Lúcia diz que, em caso de violência, podemos ligar para o Disque 100, Direitos Humanos e 180, que protege as mulheres. Gleice e Vera não querem dormir no CERSAM porque no quarto tem homens. Cristiane diz que a equipe tem enfermeiros e enfermeiras de plantão para vigiar e trazer um conforto. Paula diz que o Respeito é o foco de tudo. Conceição diz estar sofrendo por seu filho ter feito uma escolha errada. Marina diz que a escolha, precisa ter opção, para ser escolha. Marina sugere o site gratuito Vagas.com para ele se cadastrar. Marta diz que, como mãe, sabe que chega uma idade em que a mãe já não interfere nas escolhas dos filhos. Cristiane sugere a palavra preconceito para ser discutida na próxima reunião. Paula diz que as pessoas ficaram muito tempo sem se reunir, sem se encontrar e elas querem se encontrar.

iv- Quarto encontro (15/07/21): O quarto encontro começou com a apresentação das participantes e com a apresentação da proposta do grupo, pois havia uma nova integrante e fez-se a leitura da discussão anterior. Participantes: Marina, Cristiane e Estela. Cristiane faz a leitura da ata. Marina traz a música AmarElo do Emicida para discutirem o preconceito. Estela diz que a música fala tudo, fala sobre a morte, que ela tem pensado em se matar. Marina fala que o remédio ajuda, mas nós é que temos que encontrar uma saída, a ajuda de outras pessoas. Cristiane diz que o preconceito a gente supera dentro da gente. Estela perdeu um irmão e, antes de falecer, encontrou Jesus. Cristiane diz que o uso da droga é para anestesiá-la dor. Marina diz que o tratamento em liberdade é mesmo bem sofrido, mas é algo que é uma conquista aos poucos. Cristiane diz que a pandemia trouxe o fato de pessoas que, com o isolamento social, não querem voltar ao convívio. Marina fala da necropolítica que causa mortes e doenças. Cristiane entende que a pandemia pode ser mais como a repetição de pandemias de tempos em tempos. Embora a necropolítica seja um fato. A necropolítica produz dor, muita exasperação, ódio e preconceito. E que a vida é amor, beleza, respeito. Cristiane sugere fazermos um desenho. Marina sugere a palavra Amor. Cristiane sugere que os nossos encontros sejam às segundas-feiras às 13:30h.

v. Quinto encontro (19/07/21): Este foi o último encontro que começou com a apresentação das participantes, em seguida, a apresentação da proposta do grupo, pois havia uma nova integrante e fez-se a leitura da discussão anterior. Participantes: Marina, Cristiane, Estela, Leticia e Vera. Marina lê a ata e Estela sugere a palavra Racismo para discutirmos hoje. Cristiane diz que a palavra

desconstrução é importante para desconstruir esse preconceito. É preciso desnaturalizar. É preciso ser antirracista, não aceitar brincadeiras e ofensas. Cris coloca a música do Renato Teixeira, Rapaz Caipira: “Que me importa, que me importa, o seu preconceito que me importa? O preconceito inferioriza. Então, sempre importa. Mas dependendo da pessoa, importa mais. Cristiane fala que o preconceito mata, o preconceito pode causar um sofrimento psíquico. Estela lembra que agora é a hora do desenho que foi realizado coletivamente e foi fixado externamente, próximo à sala onde foi o encontro.

Os cinco encontros possibilitaram que estas mulheres, atravessadas pelo sofrimento psíquico, muitas vezes causado por violências diversas como o machismo, o racismo, a lesbofobia e a transfobia pudessem espontaneamente contar suas vivências. Elas refletiram sobre os mecanismos que produziram tais sofrimentos. Algumas destas mulheres tiveram uma trajetória de vida solitária ou uma convivência familiar violenta e de abandono, sem amparo emocional e em situação de dependência financeira dos companheiros ou dos familiares. Muitas delas demoraram para reconhecer e identificar o ciclo de violências que viveram até adoecer e, com o tempo, até o normalizaram. Isso culminou no adoecimento psíquico e no uso de medicações para suportar seu sofrimento.

Na medida em que os relatos de vida eram construídos e compartilhados tornou-se possível o surgimento de um ambiente de cumplicidade e mais seguro para falar sobre questões delicadas, como por exemplo, a violência doméstica e o machismo de filhos, a orientação sexual como fator de agressões e ofensas e relações sexuais forçadas pelos companheiros.

Essas evidências apontam para as ideias de Zanello (2017) da importância de estudos que ajudem a compreensão das relações de gênero no campo da saúde mental, pois esses trabalhos são ainda incipientes e, por isso mesmo, são necessários para que se possa esclarecer a sobreposição entre os processos de subjetivação gendrados e o adoecimento psíquico, numa dimensão interseccional, principalmente, numa sociedade sexista como a brasileira.

Maluf (2020) afirma que mesmo com os avanços da Reforma Psiquiátrica Brasileira que se opôs à uma política de violação de direitos humanos básicos das pessoas em sofrimento mental e com a aplicabilidade da lei 10.216/2001⁷, se mantém uma forte patologização e medicalização do sofrimento que culminou num processo epidêmico de diagnósticos psiquiátricos e consumo de psicofármacos, principalmente entre mulheres periféricas de grandes cidades e do campo, trabalhadoras e mulheres indígenas, conforme observou em sua pesquisa etnográfica desde 2006, que focaliza nas questões de gênero e sofrimento mental das mulheres. Esta autora revela

⁷ Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em 10 de março de 2024.

que, pelo lado das políticas públicas, prevalece a visão no ciclo de vida, ou seja, na capacidade reprodutiva das mulheres, de forma biologicista e individualista. Dessa maneira, as respostas de cuidado são insuficientes e individuais e desvalorizam a dimensão social do sofrimento. Já pelo lado das usuárias há uma discrepância no entendimento do que, para elas, é o cuidado. Maluf, apresenta em seu estudo que as mulheres possuem

uma visão mais holística e complexa da experiência de sofrimento e adoecimento; a ênfase na dimensão social do sofrimento (violência, exploração no trabalho); a experiência coletiva como fator de enfrentamento do sofrimento, busca de apoio, solidariedade, troca com outras mulheres; os limites da terapia medicamentosa, desconfiança dos medicamentos e manipulação do receituário; autonomia como possibilidade de decidir sobre a terapêutica; demanda por uma política pública com os sujeitos usuários ou experientes. Maluf (2020, p.190-191)

5. Considerações finais

Tendo em vista os aspectos observados e ao utilizar os referenciais antropológicos para compreender gênero, saúde mental e agência foi possível perceber como estes temas possuem camadas interseccionais para além da leitura biomédica e patologizante. A contar dos relatos das participantes de como percebem a causa de seu sofrimento e o impacto em sua vida social, constatou-se que há uma dimensão cultural, de gênero e de raça. Assim, para as mulheres, as políticas públicas em saúde e saúde mental, mesmo com alguns avanços, ainda mantém uma visão do ciclo de vida, ou seja, na capacidade reprodutiva das mulheres que as torna mais vulneráveis a transtornos psiquiátricos, como menstruação, gravidez, parto, pós-parto e menopausa.

As integrantes do Grupo de Mulheres descrito neste trabalho demonstraram um passo em direção à própria agência individual e, quando possível, à agência coletiva. Elas apontaram os diversos problemas que as adoecem psíquica e fisicamente como por exemplo a violência doméstica e sexual, a exploração no trabalho, a falta de rede de apoio para trabalhar e cuidar dos filhos, as jornadas duplas e até triplas para prover a família, o racismo, o machismo e a misoginia. A esse respeito, concordo com Costa Novo (2021), para quem a construção da teoria etnográfica é entendida como a escrita do vivido e essa escrita etnográfica afeta o pesquisador. Por isso mesmo, ao buscar compreender de que maneira as relações que são construídas e vividas podem ou não promover o indivíduo criador de agência e de potências de vida, fui afetada enquanto mulher cis, mãe, trabalhadora e pesquisadora.

Desse modo, acredito na produção de um conhecimento implicado pelo pesquisador de forma a assumir um compromisso através da pesquisa etnográfica para elucidar dificuldades e impasses nas formas de cuidado oferecidas em serviços de saúde e de saúde mental. É possível inferir que a agência destas mulheres com algum sofrimento mental gera a possibilidade de contribuição para a proposição de políticas públicas antimanicomial de cuidado em saúde mental focadas em gênero, assim como apontar algumas ferramentas para sua plena efetivação.

Referências Bibliográficas:

COLLINS, P. H. "Epistemologia Feminista Negra". In: Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA NOVO, A. L. Famílias em Transição: Uma etnografia sobre relacionalidade, identidade e gênero nas vidas trans. Tese de Doutorado. Natal, PPGAS/UFRN, 2021.

COSTA, J. A. da *et al.* Além do aparente: problematizações sobre a generificação das relações a partir de um grupo de mulheres. In: Luta Antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Orgs. PEREIRA, M. de O., PASSOS, R. G., 1 ed., Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

EMERSON, R. M. *et al.* Fieldnotes in ethnographic research. In: Writing ethnographic fieldnotes. Chicago: University of Chicago Press, 1995. Tradução para a língua portuguesa por Leandro de Oliveira (Professor do Departamento de Ciências Sociais da URCA). Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais. Nº 7, 2013. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/RevTendenc/article/view/690>. Acesso em 10 de março de 2024.

FRANCHETO, B. *et al.* "Antropologia e Feminismo", Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro, Zahar, vol.1, n.1, 1981. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1R5YzjhASMjChRj5hjL3ospQCIENWeAiM/view?usp=sharing>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024. Acesso em 10 de março de 2024.

MALUF, S. W. Saúde Mental e Direitos Humanos: gênero, raça e classe. In: Luta Antimanicomial e feminismos: formação e militâncias. Orgs. PEREIRA, M. de O. *et al.*, 1 ed., Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. Etnográfica, vol. 10, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/6431> Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

McINTOSH, M. O Papel Homossexual. Crato: Universidade Regional do Cariri, 2014 [mimeo Tradução para uso didático por Leandro de Oliveira. Do original em língua inglesa,

“The Homosexual Role”. *Social Problems*, vol. 16, n. 2, Autumn, 1968, pp. 182-192.

Disponível em:

[JGsjzueHRwZ24tdURQTFE/view?usp=sharing&resourcekey=0-0V9cNIJB4eJ4PY06HT1EE](https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30206)

A. Acesso em 10 de março de 2024.

OAKLEY, A. Sexo e Gênero. *Revista Feminismos*, v. 4, n. 1, 2016 [1972]. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30206>. Acesso em 10 de março de 2024.

ORTNER, S. Uma Atualização da Teoria da Prática; Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência. In: *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 19-80. Acesso em 10 de março de 2024.

RUBIN, G. "O Tráfico de Mulheres: Notas Sobre a Economia Política do Sexo" In RUBIN, G. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu, 2017 [1975].

RUBIN, G. *Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. In

RUBIN, G. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu, 2017 [1984].

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis*, 5 (1), 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/gSFcxvBJCrLb5qLJMxpTpCS/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 10 de março de 2024.

ZANELLO, V. Saúde Mental, Gênero e Interseccionalidades. In: *Luta Antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Orgs.

PEREIRA, M. de O., PASSOS, R. G., 1 ed., Rio de Janeiro: Autografia, 2017.